

A memória e a cidade: visões do Rio de Janeiro

Elis Crokidakis Castro

O que é a memória de uma cidade? É tudo aquilo que efetivamente nela existe ou existiu ou é a imagem que da cidade criamos a partir de nossas ideias, desejos, emoções e ficções.

Traçaremos nesse ensaio uma espécie de síntese histórica do processo de construção e reconstrução da cidade do Rio de Janeiro culminando no seu presente.

Em busca de saber o que é esta memória teceremos uma relação entre alguns textos como: *Cidades invisíveis*, *Seduzidos pela memória*, *A alma encantadora das ruas*, *Por amor às cidades*, *Fins de Século-cidade e cultura no Rio de Janeiro*, *Sobre a modernidade*, *Pereira Passos um Haussmann tropical*, *Paris capital do século XIX* e muitos outros que insistem em reaparecer de tempos em tempos nas bibliografias dos que falam sobre as cidades.

Sabemos que os estudos da memória começam a ter relevo, principalmente na Europa e Estados Unidos, no começo da década de 1980, e nos países que foram colônias esses estudos iniciaram um pouco antes, em 1960, todavia em processos diferentes de constituição de um discurso.

Nos países descolonizados, os estudos de memória correm numa “busca por histórias alternativas e revisionistas” (Huyssen, 2000: 10), enquanto na Europa esse movimento se estabelece ocasionado pelo debate que ressurgiu em torno do holocausto. Com essa temática são então feitos documentários para TV, filmes, livros, museus e monumentos. Todos com o mesmo fim, não deixar que o mundo se esqueça das atrocidades cometidas, embora saibamos

que vários outros holocaustos se deram na história, mesmo depois de todo esse processo, exemplo disso temos a Sérvia, a África e talvez hoje a Síria.

Mas, para nós aqui o que interessa nesse momento é pensarmos a memória na América Latina, especialmente no Brasil e no Rio de Janeiro, importa vermos a forma como a memória da cidade é resgatada e por que este fenômeno se dá, de tempos em tempos, através da literatura, do cinema, por eventos, exposições, etc.

Rio de Janeiro, uma cidade em reforma

O Rio de Janeiro é fundado no ano de 1565 por Estácio de Sá, com o nome de São Sebastião do Rio de Janeiro, em homenagem ao então Rei de Portugal, D. Sebastião. Em 1763, a cidade tornou-se capital do Brasil e se manteve assim até 1960, quando foi inaugurada Brasília, a atual capital do país. Desde então o Rio vive sua existência como um verdadeiro processo.

Mesmo não sendo o Brasil descoberto pelo Rio de Janeiro, foi aqui, desde 1730, que as decisões sobre o país passaram a ser tomadas, o que se intensificou com a chegada da Família Real portuguesa em 1808.

Cercada de morros por todos os lados, com uma faixa de terra que a encrava no fundo de uma baía, como uma boca banguela, como falou Lévi-Strauss, a cidade desde aquele tempo vive se reconstruindo. Passa por períodos de decadência e outros de revitalização, olhando para o ontem e para o amanhã.

Em 1808 a cidade recebe a Família Real e toda a corte, seus habitantes, então, foram deslocados de suas casas para dar lugar aos nobres. Depois, o Rei se muda para São Cristóvão e o bairro se desenvolve, pois em torno do palácio toda a elite queria morar. Até que toda a corte estivesse alojada muita coisa aconteceu. Se lermos a literatura da época veremos que de 1800 até 1900 a cidade foi se descortinando, transformando, se expandindo sendo alvo de muitas narrativas que têm no seu espaço o cenário ideal. Se, no começo, era no centro histórico, ainda hoje um pouco preservado, que se concentrava a maior parte da população, ali pelos lados do porto da Praça Mauá até a Praça XV e desta até o morro de Santa Teresa, com o passar do tempo as áreas habitadas iam tomando outras direções e já no século XX se estendiam de acordo com as concessões de linhas de bonde, que eram dadas pelo poder público. Ou seja, desde o fim do século XIX o espaço urbano começa a sofrer fortes alterações, algumas pontuais, que visavam não apenas o embelezamento, mas colocar a cidade como uma janela para o mundo, o

que é feito pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906), o Hausmann tropical, como diz Jaime Larry Bechimol.

O prefeito Pereira Passos havia estudado em Paris e vivido toda a transformação da cidade francesa, e ali foi influenciado trazendo para o Rio os novos conceitos do urbanismo. Assim, para a exposição de 1910 o Rio se embeleza à luz dos modelos parisienses. Vários autores descrevem as mudanças, João do Rio, Luiz Edmundo, Lima Barreto, Benjamim Costalat e outros, são os cronistas do Rio e percorrem a cidade com suas mais variadas formas de narrar seu espaço e sua gente. Ruas, prédios, palácios, teatros, toda a cidade cresce junto com as concessões de linhas de bondes que, expandiam-se para sul, para o norte, para o oeste.

Italo Calvino no seu *Cidades invisíveis* afirma “a cidade não é feita apenas de seu espaço físico, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos de seu passado” (1991: 14). Logo, poderíamos dizer que a cidade do Rio de Janeiro vive da construção de seu futuro e das lembranças de seu passado. E é exatamente isso que ocorreu e ainda hoje ocorre. Junto com a expansão espacial vinha, na época, também a populacional. Como mais gente precisava de habitação e o espaço do centro era pequeno, a população mais pobre começava a tomar conta dos morros do centro, surgem ali as primeiras favelas cuja história já é conhecida. Todavia, a reforma não para no início do século XX. Olhando para frente, para o futuro, novas avenidas são abertas na década de 1940, 50 e 60. Nesse momento a cidade colonial sofre suas maiores baixas. Para abrir a Avenida Presidente Vargas muitas casas e igrejas são demolidas, mais uma vez a cidade se reconfigura. Já tinha perdido o Morro do Castelo, já tinha um caminho de mar a mar, que levava da Praça Mauá até o Aterro do Flamengo, a Avenida Rio Branco, antes Avenida Central, que desembocava na Cinelândia, coração da cidade. Era tal avenida uma espécie de canal para o vento, que visava arejar a cidade, desculpa esta usada pelos construtores. A verdadeira história remete ao desejo governamental de retirar do Castelo a população pobre, ex-escravos, que habitavam o lugar.

O processo de expansão continua tomando corpo por todo século XX. Na década de 1970, quando a população já é enorme e necessita se locomover surgem os grandes viadutos e o metrô. Logo, outra planta se configura com mais um bota baixo de palácios, prédios e mudanças de ruas e trajetos. Hoje, no início do século XXI, vivemos mais um momento de reformas visando a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Uma cidade para o que vem de fora

Mas e a memória? Partindo desse sintético relato histórico percebemos então, que mesmo sendo uma cidade muito fotografada, sendo tais fotos parte de um registro histórico, é muito difícil para o carioca cultivar a memória de sua cidade. Isto se verifica, principalmente, quando a cidade mais uma vez se transforma para os dois grandes eventos em 2014 e 2016. Podemos dizer que ao contrário das cidades que crescem com o foco em seus habitantes e sua melhoria de vida e padrão, o Rio de Janeiro se organiza e se estrutura para o que vem de fora, para as pessoas que apenas passam e não para as que ficam. Todas as transformações, desde a abertura da Avenida Central em 1910, até hoje, visavam sempre a utilização da cidade pelo turista e não pelo morador. Por isso, a sensação, muitas vezes, é de que a cidade não pertence ao morador. A identificação do morador com o bem público não existe e por não se sentir de fato no seu espaço este não tem o cuidado que deveria ter com a cidade. Dessa forma, seguindo a ideia de Huyssen ao falar sobre Berlim, podemos dizer que a política urbana que se executa no Rio de Janeiro é dos

(...) empreendedores e políticos que tentam aumentar a receita com o turismo de massa, convenções e aluguéis de espaço comerciais. O que é central para esse novo tipo de política urbana são os espaços estéticos para o consumo cultural, megastores e megaeventos musicais, festivais e espetáculos de todo tipo, todos tentando atrair novos tipos de turista – desde o visitante de feriado até o incansável caminhador metropolitano, que vieram substituir o velho modelo do ocioso *flâneur* (Huyssen, 2000: 91).

Ora, para exemplificar isto basta vermos a criação do Porto Maravilha, a derrubada da Perimetral, a revitalização da Lapa e toda a mudança que a cidade vem sofrendo para abrigar a Olimpíada de 2016. Como já dissemos, a cidade se transforma, mas não para o morador, que de certa forma permanecerá alijado de tudo que acontecerá nesse evento. Assim, a reforma causa transtornos, modifica a vida de quem no Rio vive e o que deixará para este morador é muito pouco, já que ele não é o foco da reforma.

Por conta disso, o espaço público aqui não se confunde com o privado. Daí o alto índice de depredação do patrimônio público. Por outro lado o poder público também não parece se comprometer imediatamente com a restau-

ração e fiscalização do que é estragado, exceto se o objeto estragado estiver na passagem do turista (vide as inúmeras reposições dos óculos de Carlos Drummond de Andrade). A cidade parece que se maquia para receber o turista. Basta percebermos os painéis colocados ao lado da Linha Vermelha que liga o aeroporto ao centro do Rio. Todo esse processo de maquiagem, então, não restaura, ou cria no morador um sentimento de pertencimento, que o faria cuidar da cidade. Pelo contrário, o morador se sente um estrangeiro em sua própria cidade, deixando ainda mais de se identificar com ela, permitindo até a sua destruição.

Por isso, a cidade da memória, nem sempre é aquela em que efetivamente vivemos e vemos. Nossa memória pode estar mais ligada a uma imagem que alguém faz da cidade do que a própria cidade, que constantemente é violentada e transformada pelos seus moradores ou outros interessados. Podemos dizer que em nossa mente, para criarmos as noções de cidade, nós misturamos espaços reais e imaginários. E é nessa ânsia de criarmos as nossas cidades mentais que a metáfora da cidade como texto se desenvolve. Huyssen, ao falar de Berlim diz: “A cidade-texto tem sido escrita, apagada e reescrita ao longo deste século violento, e sua legitimidade se deve tanto mais às marcas visíveis do espaço construído quanto às imagens e memórias reprimidas e rompidas pelos eventos traumáticos” (2000: 93). Tal afirmativa se aplica então como luva ao Rio de Janeiro. Existe um Rio de textos e imagens de fotografia e um Rio real onde se vive. Ou seja, igual ao que aconteceu no início do século XX, o Rio se organiza, se reforma para ser a capital do século XXI, de novo a janela para o mundo aproveitando o bom momento brasileiro. Momento em que todos os olhares do mundo se focam aqui, no cartão postal do Brasil. A ideia de cidade como cartão postal não é nova, remonta à *Belle époque* de Pereira Passos, com suas reformas, e as de Oswaldo Cruz com sua política de saneamento. Ambos, num esforço conjunto para colocar o Rio com suas janelas abertas para o que vem de fora, ontem e hoje, os olhos do turista. Assim, tudo para inglês ver, pois nesse processo nem mesmo o *flâneur* tem lugar, já que este “mesmo sendo um *outsider* em sua própria cidade, sempre figurou como um habitante, em vez de um viajante sempre em movimento” (Huyssen, 2000: 91).

Então, por ser um lugar para observação de quem está de passagem, esta cidade acaba não dando espaço e nem tempo para a contemplação. Não há como parar nesse contexto, o que remete à metáfora utilizada por Nestor Garcia Canclini, de cidade como videoclipe. Neste clipe a velocidade das imagens

não são captadas pela mente humana para serem devidamente digeridas. No Rio de Janeiro de reformas o mesmo acontece. Mesmo os prédios tombados pelo patrimônio histórico correm o risco de não suportar uma segunda passagem do turista. Isto porque são expostos à sua própria sorte, sem que haja uma recuperação de telhados, fachadas, etc. Diz Beatriz Jaguaribe “na cidade como videoclipe a velocidade e a acumulação desbaratada de imagens inibem a pausa do congelamento da sedimentação da própria imagem” (1998: 168).

Ou seja, conforme Lévi-Strauss, citado também por Jaguaribe, as cidades do Novo Mundo saem do “viço à decrepitude”, são construídas para serem renovadas com a mesma rapidez com que foram erguidas, construídas para durarem o tempo do evento, terminado este a construção fica sem utilidade, às vezes um elefante branco em meio à cidade. “Quando a festa termina e esses grandes bibelôs fenecem: as fachadas descascam, a chuva e a fuligem traçam seus sulcos, o estilo sai de moda, o ordenamento primitivo desaparece sob as demolições exigidas, ao lado, por outra impaciência” (Lévi-Strauss, 1996: 919).

Logo, o Rio de Janeiro, no contexto do Novo Mundo, é mais uma cidade que sofre os sintomas da mesma doença, a falta de um pensamento de planejamento para o futuro do cidadão e não para o turista.

As reformas hoje implementadas de fato não revelam um desejo de construção de um espaço citadino harmônico. Pelo contrário, as medidas de urbanismo que continuam sendo tomadas têm um objetivo fixo, Copa do Mundo e Olimpíada. Mesmo as questões que ultrapassam a mobilidade dentro da cidade como a da segurança pública, hoje, no Rio, tem o mesmo foco de interesse.

Se palácios foram construídos para a exposição de 1910 e depois demolidos sem qualquer aproveitamento histórico, para dar lugar apenas ao vazio, hoje não é diferente, pois são imensas as necessidades de criar estacionamentos para carros. Este vazio criado, então, somente será preenchido pela memória dos que viram o que havia antes. Não digo com isto que tudo deveria ser preservado, num processo de musealização da cidade. Sem dúvida que a importância da musealização é grande e deve ser respeitada, todavia há que se examinar caso a caso. Mas, no que toca ao Rio de Janeiro não podemos dizer que este processo exista.

O que ocorre no Rio de Janeiro é que com o processo de tombamento de bens, prédios, etc., há uma desvalorização do imóvel, com isso ele não consegue ser vendido, muito menos restaurado o que leva à sua completa decadência e queda, restando o espaço vazio. Isso ocorre também com bens móveis como,

por exemplo, o famoso Bonde de Santa Teresa, que é levado à exaustão, dando ocasião a uma tragédia por falta de uma política que o preserve, adequando-o ao desenvolvimento da cidade.

Hoje, temos na cidade várias obras, lugares antes abandonados durante anos que começam a reviver, todavia sem que a atenção adequada seja feita, já que o fluxo de pessoas e eventos aumentam, mas as condições físicas para isso não se dá, o que ocasiona uma deterioração ainda maior do espaço, dos bens arquitetônicos, que não foram preparados para receber tal contingente humano e nem mesmo para sofrer o impacto do peso do excesso de carros e caminhões pelas ruas.

Assim, todo esse processo é de extrema complexidade, já que avaliar o que pode ou não ser desmontado necessita de um critério muito claro de valoração. Destruir o patrimônio histórico de uma cidade, seus prédios, ruas, monumentos, implica em se ter um planejamento que justifique o desaparecimento de algo que faz parte da história da cidade, de sua memória. Sabemos que nenhuma cidade é eterna, que elas devem ir cambiando de acordo com sua vida. Todavia, esse cambiar não é algo que deva ser imposto por uma política de interesses econômicos que alijam a participação do cidadão que ali vive.

Uma cidade sem memória

Pensar a cidade e suas transformações é algo que faz parte da política, da vida na *pólis*, e é motivo mais que justo para a solidificação da cidadania. A cidade criada para o turista assim atende apenas aos interesses de quem está de passagem e não de quem ali vive. Amar a cidade, senti-la, usufruir da sua beleza e harmonia é algo que deve ser conferido primeiro ao morador e só depois ao passante. Ao morador caberia a mais precisa memória da cidade, pois ele teve tempo para contemplá-la. No entanto, em nossa história, não cabe este tal relato, mas ao viajante, ao turista. Assim, a cidade se memorializa pelo olhar de fora e não de dentro. O olhar apressado do outro é que constitui o discurso de memória do Rio: fotos, textos, filmes, narrativas de toda espécie de construção, que nem sempre dizem o que de fato é a cidade.

Assim, somos uma cidade cuja memória não existe, sem memória descartamos o passado em busca de um futuro em processo o tempo todo.

Referências

- BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- BECHIMOL, J. L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.
- BENJAMIM, Walter. Paris capital do século XIX. In: *Walter Benjamin-Obras escolhidas III*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- CALVINO, Italo. *Cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- HUYSSSEN, Andrea. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JAGUARIBE, Beatriz. *Fins de Século-cidade e cultura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- LEVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2007.

Resumo

O artigo aborda a construção da memória da cidade do Rio de Janeiro através das transformações sofridas pela cidade em seus vários momentos de vida, especialmente, o “Bota Baixo” no início do século XX e as mais novas reformas em processo, para a Copa do Mundo 2014 e a Olimpíada em 2016.

Palavras-chave

Memória – Cidade – Reforma.

Abstract

The article addresses the construction of memory of the city of Rio de Janeiro through the transformations undergone by the city in its various moments of life, especially the Bota Baixo at the beginning of the 20th century and the newest in-process reforms for the World Cup 2014 and the Olympics in 2016.

Keywords

Memory – City – Reform.